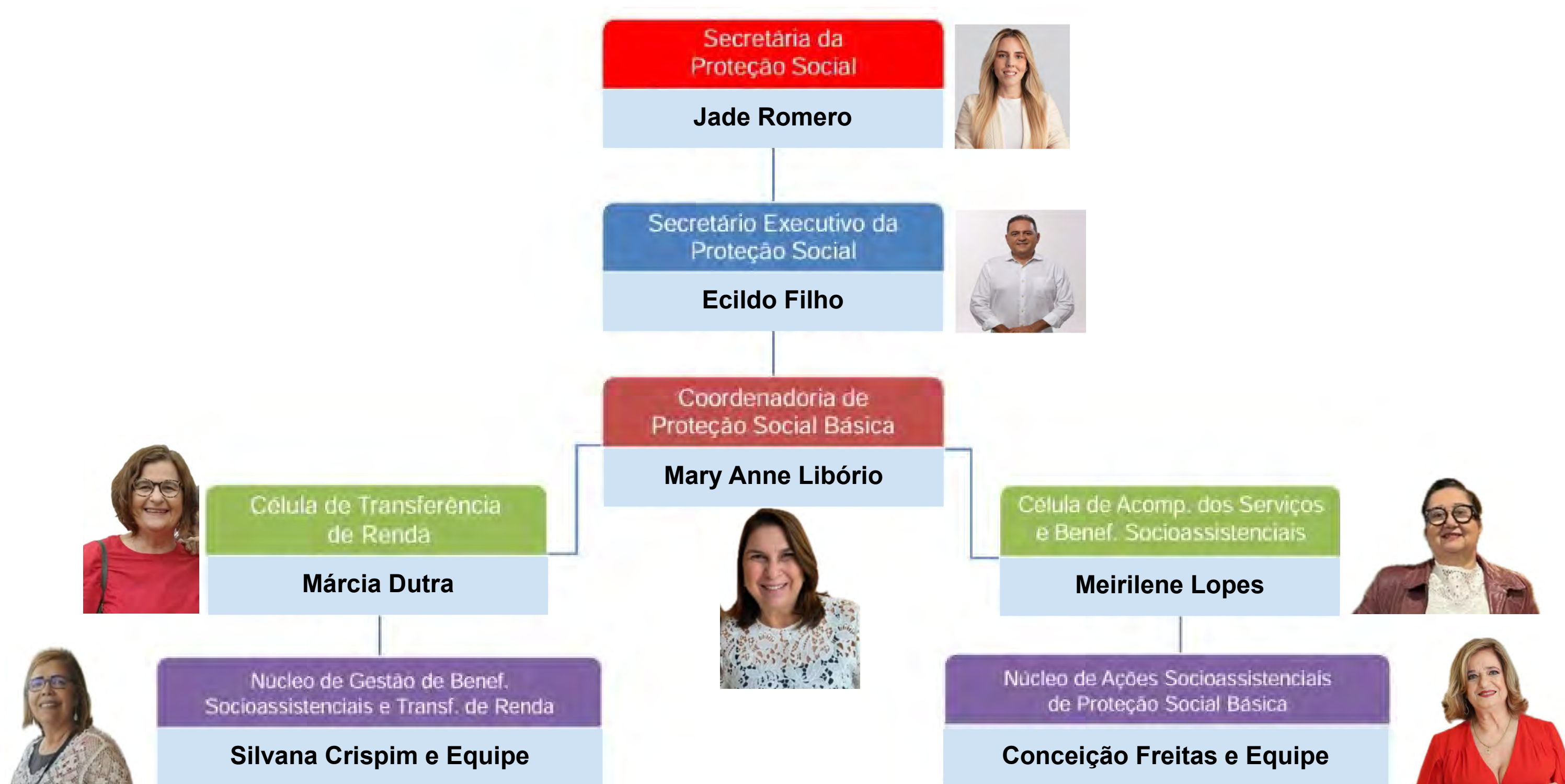




CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

**Oficina
Regionalizada sobre
o Trabalho Social
com Famílias de
Povos Originários,
Comunidades
Tradicionais, e
Grupos
Populacionais
Específicos na
Política de
Assistência Social**

ORGANOGRAMA PSB/SPS



ATRIBUIÇÕES DO ENTE ESTADUAL

O caráter cooperativo do federalismo vincula a efetividade das políticas sociais ao cumprimento das atribuições institucionais de todos os entes federados.

I – destinar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos conselhos estaduais de assistência social;

II – cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local;

III – atender, em conjunto com os municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV – estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;

V – prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo estado;

VI – realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar os municípios para seu desenvolvimento.

(LOAS – Art. 13)

ATRIBUIÇÕES DO ENTE ESTADUAL NO ÂMBITO DA PSB

- a) Conhecer e trabalhar em simetria com as normas, regulação, diretrizes, princípios estabelecido pela PNAS/SUAS, em nível Federal;
- b) Disseminar os aparatos legais, resoluções, materiais de orientação técnica entre os municípios;
- c) Ofertar apoio técnico aos gestores municipais e às equipes de referência que executam as ofertas ;
- d) Acompanhar e monitorar, periodicamente, a implementação das atividades propostas e os avanços na integração de ofertas nos municípios;
- e) Identificar e disseminar boas práticas de integração ;
- f) Elaborar materiais complementares àqueles disponibilizados pela União, que incluam especificidades da realidade em âmbito estadual;
- g) Realizar ações de educação permanente no âmbito das ofertas da Proteção Social Básica ;
- h) Participar das ações de mobilização, capacitação e apoio técnico desenvolvidas pela União;
- i) Monitorar o desenvolvimento das ações de integração entre as ofertas nos estados e prestar informações à União ;
- j) Colaborar na produção, sistematização e análise de informações socioassistenciais, garantindo que os dados que são produzidos no território, no âmbito do PAIF, do SCFV, Programas ou de qualquer outra oferta sejam coletados de forma padronizada e que o fluxo da informação seja disseminado por toda a gestão e retorne à unidade e às equipes sistematicamente, na forma de relatórios, listas de busca ativa, e assim por diante.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB

Uma das proteções afiançadas da Política Nacional de Assistência Social, e visa garantir a segurança e o bem-estar da população, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social devido à falta de recursos financeiros ou acesso limitado aos serviços públicos, e/ou fragilização das relações afetivas e sociais, incluindo discriminação por idade, raça e etnia, gênero ou deficiência, entre outros fatores.

A PSB atua como uma rede de apoio para indivíduos e famílias que enfrentam dificuldades em diferentes aspectos de suas vidas e tem como propósito evitar situações de riscos ao promover o desenvolvimento de habilidades e recursos, além de fortalecer os laços familiares e comunitários.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB

- ❖ As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação.
- ❖ As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas principalmente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º da LOAS .

EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ❖ **Centralidade do território** na organização das ofertas e da articulação com as demais políticas públicas. O contexto onde estão inseridas as famílias influencia, e muito, a sua capacidade protetiva. **É nos territórios** que acontecem as vivências das famílias, a construção de suas identidades e trajetórias; que as famílias constroem redes de relacionamento e apoio e acessam serviços. A dinâmica dos territórios se altera ao longo do tempo, incluindo as vulnerabilidades e riscos e os recursos - existentes ou inexistentes - de suporte e apoio às famílias para seu enfrentamento.
- ❖ **Matricialidade sociofamiliar** refere-se à centralidade da família como núcleo social fundamental para a concepção e implementação dos serviços, benefícios, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB

O território - As ofertas - As estratégias

- **Reconhecer o cenário histórico e as questões sociais dos territórios;**
- **Identificar e compreender as vulnerabilidades e riscos sociais que afetam o cotidiano das famílias;**
- **Proteção Social com ofertas permanentes e continuadas;**
- **Articulação e inserção na rede das demais políticas públicas.**

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	QUEM OFERTA?
<p>1- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;</p> <p>2- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;</p> <p>3- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.</p>	<p>CRAS e unidades referenciadas</p>

CRAS

O que é? Para que serve?



CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- CRAS



CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -

CRAS

O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de Proteção Social Básica às famílias.

São unidades que desempenham um papel central na política de Assistência Social e são responsáveis pela oferta obrigatória do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), bem como, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - (SCFV), Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para PCD e Idosas, além dos Programas e Projetos, como o Primeira Infância no SUAS, CMIC.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -

CRAS

Os serviços ofertados no CRAS devem garantir formas de abordagens que respeitem os costumes, tradições, diversidades religiosas e de gêneros. O trabalho social realizado nos CRAS deve ser:

- ❖ PREVENTIVO;**
- ❖ PROTETIVO;**
- ❖ E PROATIVO.**

Respeita e incentiva as manifestações culturais típicas dos povos originários e comunidades tradicionais e promover ações voltadas às suas particularidades, dentre outros.

FUNÇÕES DO CRAS

- ❖ **Gestão territorial da Proteção Social Básica;**
- ❖ **Oferta obrigatória do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF;**
- ❖ **Ofertar os serviços da Proteção Social Básica, desenvolvidos no território do CRAS, em especial os SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para PCD e Idosas, devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF;**
- ❖ **Articular a rede socioassistencial e setorial;**
- ❖ **Romper com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas;**
- ❖ **Ofertar programas, benefícios socioassistenciais e outros auxílios.**

CRAS /IDCRAS

1 - Estrutura Física

2 - Recursos Humanos

3 – Serviços & Benefícios:

- ❖ Horário de funcionamento;
- ❖ Serviços (PAIF, SCFV e PSB à Domicílio);
- ❖ Benefícios (BE, BPC e PBF);
- ❖ Programas e Projetos.



ESTRUTURA FÍSICA

ESPAÇO	ATIVIDADE	CAPACIDADE	QUANTIDADES
Recepção	Transição, espera, acolhimento e atendimento inicial a famílias e indivíduos.		1
Sala de atendimento Sala de atendimento particularizado e sigiloso	Atendimento: Entrevista com famílias e indivíduos.	5-10 pessoas	Conforme porte do município
Sala de atividades coletivas	Grupos socioassistenciais, oficinas de reflexão e convivência, palestras e reuniões.	30 pessoas	Conforme porte do município
Sala administrativa	Atividades administrativas: registro de informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimentação de sistemas de informação e reuniões técnicas.	5 pessoas	1
Almoxarifado	Depósito de material destinado a equipamentos, expediente, didático,etc		1
Copa	Preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS.		1
Conjunto de instalações Sanitárias Banheiros	Sanitários para uso coletivo e sanitários para uso de pessoas com deficiência. Com acessibilidade	Masculino e feminino	Conforme porte do município

RECURSOS HUMANOS

- ❖ Faz-se necessário que os profissionais atuantes nestas equipes, além da capacitação técnica, sejam sensibilizados para agir com uma postura de acolhimento, respeito, empatia e disponibilidade à comunidade local.
- ❖ A Portaria MDS nº 946 de 29 de fevereiro de 2024 recomenda a contratação de educadores pares nas equipes volantes responsáveis pelo atendimento de povos originários e comunidades tradicionais.
- ❖ Os educadores pares são pessoas das próprias comunidades indicadas por estes e sua contratação deve ser facilitada, sendo dispensada a exigência de nível médio.

PERFIL E ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE REFERÊNCIA

Coordenador do CRAS

Perfil:

- ❖ Escolaridade mínima de nível superior, concursado, com experiência em gestão pública;
- ❖ Domínio da legislação referente à política nacional de assistência social e direitos sociais;
- ❖ Conhecimento dos serviços, programas, projetos e/ou benefícios socioassistenciais;
- ❖ Experiência de coordenação de equipes, com habilidade de comunicação, de estabelecer relações e negociar conflitos;
- ❖ Com boa capacidade de gestão, em especial para lidar com informações, planejar, monitorar e acompanhar os serviços socioassistenciais, bem como de gerenciar a rede socioassistencial local.

Atribuições:

- Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica operacionalizadas nessa unidade;
- Coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios;
- Participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contrarreferência;
- Coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
- Definir, com participação da equipe de profissionais, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no CRAS;
- Coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede socioassistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede socioassistencial referenciada ao CRAS;
- Promover a articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios socioassistenciais na área de abrangência do CRAS;
- Definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência;
- Contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS e fazer a gestão local desta rede;
- Efetuar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro);
- Coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos, de informações sobre os serviços socioassistenciais referenciados, encaminhando-os à Secretaria Municipal (ou do DF) de Assistência Social;
- Participar dos processos de articulação intersetorial no território do CRAS;
- Averiguar as necessidades de capacitação da equipe de referência e informar a Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF);
- Planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF);
- Participar das reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF), contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados;
- Participar de reuniões sistemáticas na Secretaria Municipal, com presença de coordenadores de outro(s) CRAS (quando for o caso) e de coordenador(es) do CREAS (ou, na ausência deste, de representante da proteção especial).

PERFIL E ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE REFERÊNCIA

Técnico de Nível Superior

Perfil:

- ❖ Escolaridade mínima de nível superior, com formação em serviço social, psicologia e/ou outra profissão que compõe o SUAS (dependendo do número de famílias referenciadas ao CRAS e porte do município, conforme a NOB-RH);
- ❖ Com experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais;
- ❖ Conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais;
- ❖ Experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas;
- ❖ Experiência em trabalho interdisciplinar;
- ❖ Conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias.

Atribuições:

- Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS;
- Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;
- Mediação de grupos de famílias dos PAIF;
- Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;
- Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;
- Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS;
- Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS;
- Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;
- Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;
- Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva.
- Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;
- Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial;
- Realização de encaminhamentos para serviços setoriais;
- Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF;
- Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território.

PERFIL E ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE REFERÊNCIA

Técnico de Nível Médio

Perfil:

São dois os perfis possíveis para o técnico de nível médio da equipe de referência do CRAS. Recomenda-se a presença dos dois perfis na equipe, a fim de suprir as demandas que as funções do CRAS requerem.

Perfil 1 “Agente Administrativo”:

Escolaridade de nível médio completo, com conhecimento para o desenvolvimento das rotinas administrativas do CRAS.

Perfil 2 “Agente Social e/ou Orientador Social”:

Escolaridade de nível médio completo, com experiência de atuação em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da PNAS; noções sobre direitos humanos e sociais; sensibilidade para as questões sociais; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de comunicação com as famílias.

Atribuições:

Perfil 1 “Agente Administrativo”:

- Apoio ao trabalho dos técnicos de nível superior da equipe de referência do CRAS, em especial no que se refere às funções administrativas;
- Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;
- Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.

Perfil 2 “Agente Social”:

- Recepção e oferta de informações às famílias usuárias do CRAS;
- Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos, ofertados no CRAS (função de orientador social do Projovem Adolescente, por exemplo);
- Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;
- Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.

SERVIÇOS & BENEFÍCIOS

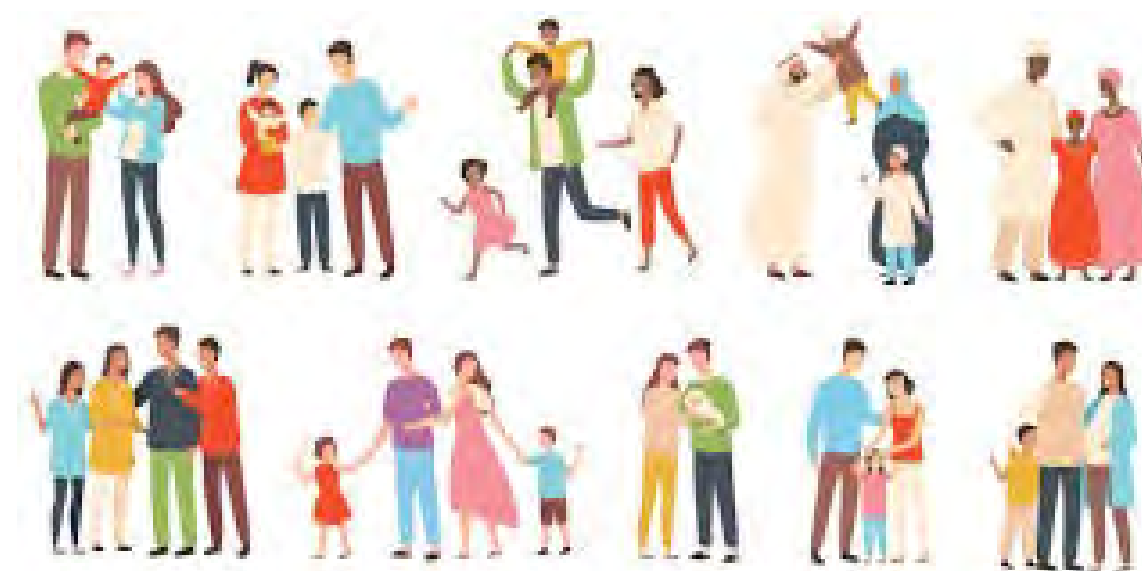
- ❖ O indicador dimensional relativo a “Serviços & Benefícios” avalia quais as atividades que, no âmbito do PAIF, são desenvolvidas na unidade CRAS, a oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e para quantos ciclos de vida, e se a unidade realiza cadastramento/ atualização no Cadastro Único, sem “lançar mão” dos profissionais de nível superior do PAIF.
- ❖ É também avaliada a articulação que o CRAS possui com outros serviços prestados por outras políticas públicas, como a Educação e Saúde e com o CREAS.

TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS E TERRITÓRIOS - TSFT

- ❖ TSFT é um conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico- operativo, que atua no âmbito das relações sociais, orientado para processos de mudanças nas condições de vida das famílias e centrado na relação organicamente constituída das famílias com seus territórios, assegurando o convívio familiar e comunitário a partir do seu reconhecimento como sujeito de direitos.
- ❖ Para organizar um trabalho eficaz junto ao público do PAIF, é preciso ter um olhar sensível às demandas apresentadas pela família, seja no atendimento ou nas ações particularizadas, para encaminhá-las às oficinas ou para outros serviços e programas socioassistenciais como o SCFV, o Programa Criança Feliz, o CMIC, o BPC. Isso é de suma importância para oferecer as ferramentas necessárias para a superação de situações de vulnerabilidade ou risco social.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

- 1. Quem são as famílias?**
- 2. Como elas vivem?**
- 3. Como elas exercem a proteção social?**
- 4. Com quais apoios elas podem contar? (rede sociais de apoio, serviços, benefícios, etc)**
- 5. Como a heterogeneidade dos arranjos familiares e sua diversidade cultural se manifestam?**



O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS E TERRITÓRIOS NO PAIF DEVE:

- Respeitar a heterogeneidade dos arranjos familiares e sua diversidade cultural;
- Fortalecer a família como um sujeito de direitos, bem como um sujeito ativo em seu processo de proteção;
- Reconhecer a família como espaço de potencialidades para superação das vulnerabilidades;
- Compreender que a vulnerabilidade enfrentada por uma família pode representar uma vulnerabilidade estrutural do território;
- Articular os ativos sociais presentes no território;
- Reconhecer o contexto dos povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos na realidade cultural que estão inseridas.

Não se trata de culpabilizar as famílias, mas de fortalecer o papel do Estado para apoiá-las em seu protagonismo e autonomia, respeitando suas características.

AÇÕES INDIVIDUAIS	AÇÕES COLETIVAS
Acolhida Coleta de informações sobre a vida familiar e avaliação conjunta sobre as possibilidades de atendimentos das famílias; Repasse das informações pertinentes e de forma clara e em linguagem acessível para possibilitar uma adesão livre e informada; Formação de vínculo.	
1. Atendimento: Se caracteriza por uma ação pontual e imediata de prestação ou oferta de atenção, objetiva a escuta e a acolhida, com vistas à construção de resposta qualificada a uma demanda da família ou do território. Durante o atendimento é preciso compreender a realidade do grupo familiar e do território, buscando a inserção da família nas ações do PAIF e em outros serviços ou em outras ações, a fim de proporcionar a atenção integral.	1. Grupos/Oficinas com Famílias: Encontros com objetivos de curto prazo e temas de interesse comum para promover reflexão sobre situações do caráter coletivo e estrutural dos problemas familiares.
2. Atendimentos Particularizados: Conhecer a dinâmica familiar profundamente, a pedido da família ou em situações que demandam sigilo de informações.	2. Ações comunitárias: Promover, dentre outros aspectos, a participação social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários nos territórios a partir de alguma demanda ou diagnóstico, como resultado das oficinas com as famílias.
3. Encaminhamentos Demanda de ação de outros serviços socioassistenciais ou políticas setoriais.	
4. Acompanhamento familiar: Conjunto de intervenções desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar. É voltado às famílias que vivenciam condições particulares de vulnerabilidade social, propensas ou na iminência de desencadear situações de riscos, violação de direitos ou agravos que comprometam sua qualidade de vida, suas relações, os cuidados e a proteção de seus membros.	4. Acompanhamento familiar: Conjunto de intervenções desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar.
5. As visitas domiciliares Não são fiscalizatórias, não devem ser invasivas, e não há qualquer vinculação com o recebimento de benefícios financeiros. Informar os limites de atuação das ofertas que podem atender suas diferentes demandas.	

O CRAS E A OFERTA DOS SERVIÇOS COM FOCO NAS FAMÍLIAS DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

- ❖ O PAIF é uma importante estratégia de trabalho social com famílias, ofertando orientação e encaminhamentos, acompanhamento familiar, informação, comunicação e defesa de direitos, notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa, entre outros.
- ❖ As famílias de GPTE's acompanhadas devem ser ouvidas com atenção e respeito no que se refere às vulnerabilidades que enfrentam, bem como sobre as formas de superação a partir da identificação dos seus próprios recursos e potencialidades.

COMO REALIZAR UM ATENDIMENTO CULTURALMENTE ADEQUADO AOS GPTE's?

- ❖ Reconhecimento do território e suas peculiaridades para o povo atendido: nem sempre o limite do município é suficiente para definir o território de abrangência;
- ❖ Estender o olhar sobre a família sobre a comunidade, cujos laços são igualmente importantes para as culturas tradicionais;
- ❖ Os problemas enfrentados pelas famílias, bem como suas soluções, não devem ser individualizados;
- ❖ Conhecer e reconhecer os valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais dos povos atendidos;
- ❖ Ênfase no caráter proativo da ação de PSB;
- ❖ Possibilidade de realizar ações que promovam a cultura desses povos, contribuindo para desfazer estigmas e preconceitos;
- ❖ Atuação na perspectiva da promoção do protagonismo dos povos atendidos.

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV

O SCFV é um serviço complementar ao PAIF, voltado ao atendimento de crianças, adolescentes, jovens, e idosos de famílias em situação de vulnerabilidade social que são atendidas e/ou acompanhadas pelo serviço PAIF nos territórios;

- ❖ No SCFV, os municípios têm autonomia de organizar os grupos por faixa etária, em conformidade com a demanda e as características da sua população. As atividades executadas neste serviço são planejadas para proporcionar um espaço de convívio seguro e acolhedor, onde os participantes possam desenvolver habilidades, fortalecer sua autoestima, ampliar suas redes de apoio social, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva;
- ❖ Para o atendimento culturalmente adequado e qualificado de crianças pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no SCFV, deve ser respeitada a identidade social e cultural dos povos e comunidades em questão. Assim, antes de realizar o atendimento às crianças, o profissional deve conhecer as especificidades de cada povo ou comunidade tradicional e ter atitude respeitosa para com a sua cultura, tradições, relações sociais e familiares, crenças, costumes e línguas. É fundamental entender como cada povo ou comunidade tradicional pensa a infância, bem como o lugar das crianças naquela sociedade, pois as crianças têm o direito de ter sua formação dentro da cultura do povo a que pertencem.

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV

As atividades desenvolvidas nos grupos seguem um traçado metodológico planejado e organizado a partir das diretrizes:

- 1) Troca de experiências e a promoção de momentos de compartilhamento de saberes e vivências entre os participantes, a fim de melhorar as relações na família e a ampliação de sua rede de apoio na comunidade;
- 2) O reforço do vínculo entre os orientadores e os usuários para a provisão de cuidados, segurança e afetividade, que são elementos fundamentais para o desenvolvimento integral;
- 3) A brincadeira é utilizada como meio para estimular o afeto, a comunicação e o vínculo entre os usuários;
- 4) A discussão e análise das questões sociais vivenciadas pelas famílias no território;
- 5) Espaço protegido de convivência, interação e trocas afetivas, com a mediação de um orientador social.

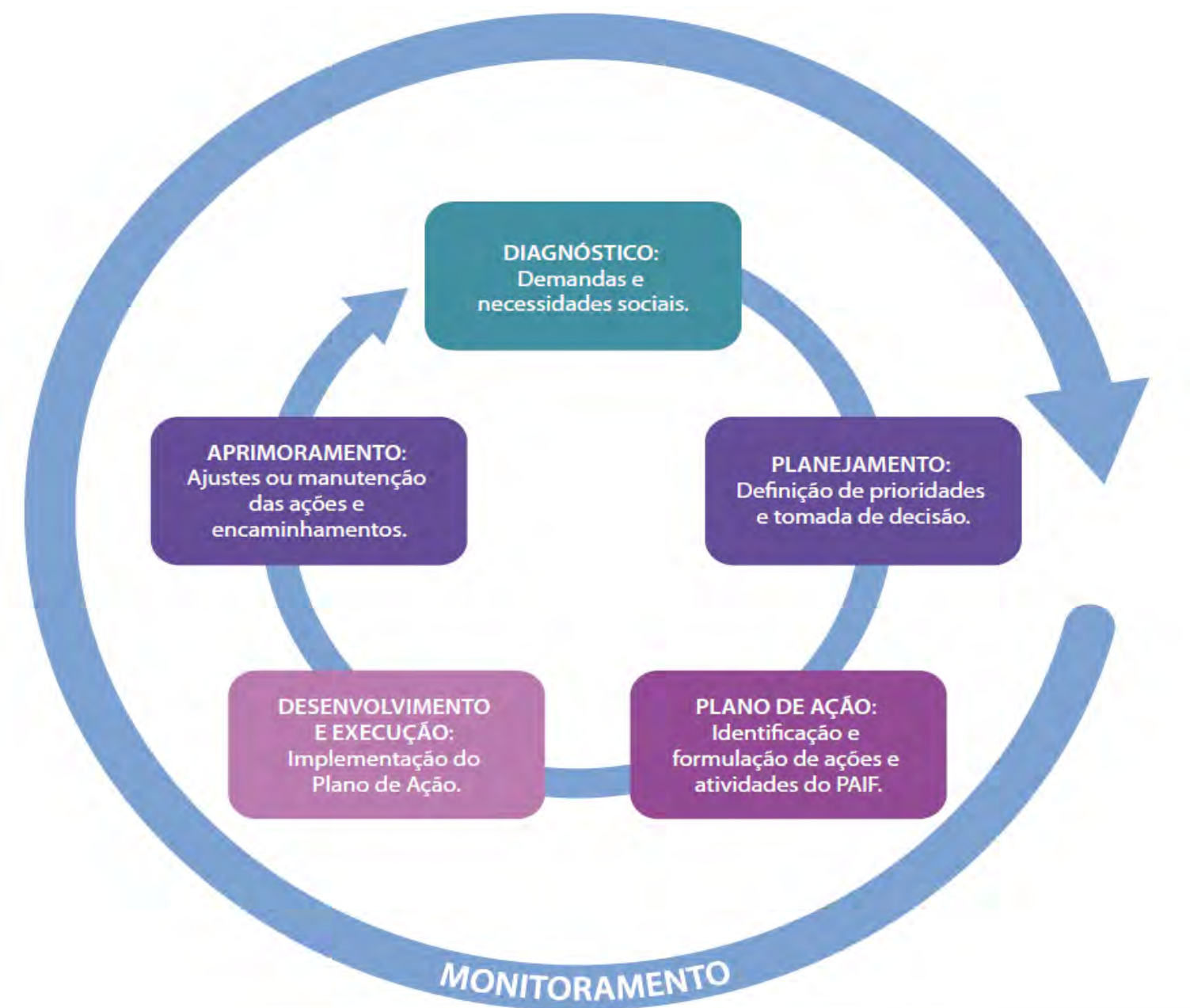
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E IDOSAS

O Serviço destina-se a pessoas com deficiência, de qualquer faixa etária, e às pessoas idosas(60 anos ou mais) que vivenciam situação de vulnerabilidade social.

- ❖ A visita domiciliar como estratégia central de atenção a partir da sua interação com a família/responsáveis pelos cuidados e proteção da pessoa.
- ❖ Fortalecimento de vínculos, apoio à família, desempenho da função de cuidado, proteção e educação do beneficiário e na mediação de acesso a direitos e serviços públicos.
- ❖ A organização metodológica descrita nas orientações técnicas, disponibilizadas na Tipificação contempla um conjunto de atividades para além daquelas realizadas no domicílio, contudo, a visita domiciliar, sistemática e regular, seja semanal,quinzenal ou mensal, orientada por um Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) é a principal orientação metodológica deste Serviço.
- ❖ O atendimento a PCD(criança) no domicílio pode ser uma importante estratégia a ser utilizada pela PSB nos casos em que o acesso ao CRAS torna-se um desafio para os cuidadores. Não podemos desconsiderar que muitas famílias habitam localidades de difícil acesso, impossibilitando muitas vezes o deslocamento da criança aos serviços de saúde, educação e assistência social.

PLANEJAMENTO DO CRAS PAIF E SCFV

PLANEJAMENTO DO PAIF E SCFV



O plano de ação é um dos instrumentos, produto de planejamento para o aprimoramento da oferta dos serviços do CRAS. E para sua construção é necessária a participação da equipe que executa, levando em consideração o mapeamento e fluxos de cada território.


INTEGRAÇÃO ENTRE AS OFERTAS DOS SERVIÇOS DO CRAS

- ❖ **O município que tem mais de um CRAS, deve fazer esse processo de forma territorializada. Cada CRAS realiza a integração com as ofertas do seu próprio território. Existe a necessidade de que cada equipamento tenha sua própria estratégia de articulação, de planejamento e fluxos.**
- ❖ **Alinhar as ações e atribuições dos profissionais são fundamentais para a integração entre os serviços, benefícios e programas. Existem pontos de convergência, que possibilitam as ações de integração, processo de trabalho compartilhado entre as ofertas desenvolvidas em cada território.**
- ❖ **É por meio do PAIF que as ações do PCF, SCFV, CMIC, PBF E BPC encontram suporte no trabalho com as famílias. Apesar de cada ação possuir uma metodologia de trabalho própria, as famílias do PAIF englobam a maioria dos públicos beneficiários.**

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DEVE CONTEMPLAR:

- * Planejamento compartilhado com respeito às peculiaridades de cada ação;
- * Metas e objetivos em curto, médio e longo prazos a serem alcançadas;
- * Estratégias de acompanhamento do trabalho realizado e seus resultados;
- * Elaboração e organização de oficinas temáticas junto a famílias;
- * Elaboração de atividades comunitárias que abordem temas ligados às questões coletivas e sociais;
- * Fluxos de encaminhamentos de situações de violência, negligência ou abandono de pessoas da família para a rede de proteção municipal;
- * Promoção de ações e eventos que incentivem o intercâmbio de saberes e a troca de experiências com foco na diversidade racial, religiosa e de gênero;
- * Estabelecimento de fluxos de referenciamento entre as ofertas, atentando-se para a complementaridade entre elas e qualificando as ações de integração entre serviços e programas.



INSTRUMENTAL DE MONITORAMENTO ON-LINE



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

COORDENADORIA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CPSB
CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS - CASBS
NÚCLEO DE AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS - NASA

MONITORAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO ÂMBITO DOS CRAS

B *I* U  

INFORMAÇÕES E DADOS SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, COM REFERENCIA AOS SERVIÇOS, BENEFÍCIOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NOS CRAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

Este formulário está coletando automaticamente os e-mails de todos os participantes. [Alterar configurações](#)

Macrorregião: *

- ☐ Grande Fortaleza
- ☐ Cariri
- ☐ Cariri Centro Sul
- ☐ Litoral Leste
- ☐ Litoral Norte
- ☐ Litoral Oeste/Vale do Curu
- ☐ Serra da Ibiapaba
- ☐ Sertão Central

INSTRUMENTAL DE MONITORAMENTO ON-LINE

- ❖ Os instrumentais, quando usados sistematicamente, produzem séries históricas e têm a função de manter um histórico de dados e informações , sobre os serviços, benefícios e programas;
- ❖ Eles são construídos a partir dos objetivos/metastabelecidos para cada ação,sendo também importantes mecanismos de gestão do SUAS;
- ❖ O fornecimento de informações pelo setor público à sociedade é conhecido como princípio da transparência;
- ❖ Organizar e sistematizar as informações subsidiadas a realização de diagnósticos, planejamentos e acompanhamentos mais efetivos;
- ❖ Por intermédio do desenvolvimento das dimensões técnicas operativas e com ajuda dos instrumentais, os profissionais têm subsídios para melhor intervir na realidade na busca por respostas e superação de demandas sociais.

INSTRUMENTAL DE MONITORAMENTO ON-LINE

	DADO/INFORMAÇÃO	FONTE
BLOCO 1		
Total de famílias atendidas	Nº de famílias atendida/mês/ano	RMA
BLOCO 2		
Famílias no PAIF	Nº de famílias atendida em atividades do PAIF	RMA
BLOCO 3		
Pessoas participando nos SCFV por ciclo de vida	Nº de pessoas nos grupos por ciclo de vida	SISC

INSTRUMENTAL DE MONITORAMENTO ON-LINE

Os CRAS têm até o décimo quinto dia do mês para encaminhar suas respostas.

LEGENDA PARA PREENCHIMENTO

- **SI - Sem informação**
- **Lembrando que este instrumental é uma planilha de Excel, por isso, NÃO SE DEVE COLOCAR o número 0 na frente dos outros numerais. Exemplo:**
 - 00 - errado**
 - 0 - certo**
 - 05 - errado**
 - 5 - correto**
 - 01 - errado**
 - 1 - correto**

Nos campos que forem números não devem ter palavras, exemplo: *1000*, não é necessário colocar *1000 famílias*.

*****Em caso de dúvida procure o técnico do estado que acompanha sua região*****

MUITO
Obrigada



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL



(85) 3108.0589 - CASBS



(85) 3108.0539 - NASA